

**Manifestação Sistema da Ouvidoria: 490653052021-6**

**Representante:** SIDIM Sistemas EIRELI

**Representado:** Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da SUDENE – CIMANS e Viver Sistemas Ltda

## **DELIBERAÇÃO**

### **Relatório:**

Trata-se de representação feita no âmbito do Sistema da Ouvidoria do MPMG, no âmbito da qual a representante, apresenta uma série de irregularidades atinentes sobretudo à falta de observância aos requisitos de publicidade quando da realização do certame atinente ao processo Licitatório n.º 007/2021 – Pregão Eletrônico através do qual fora constituída a Ata de Registro de Preços n.º 007/2021 do referido consórcio público. O representante insurge-se ainda contra a utilização da referida Ata de Registro de Preços para a contratação da beneficiária do referido registro por municípios que não integram o referido consórcio.

Apresentou documentação comprobatória da legitimidade do signatário para representar a denunciante, bem como cópias do Edital cujo respectivo procedimento é questionado e ainda, da Ata de Registro de Preços cujas respectivas adesões considera ilícitas.

Eis o relatório do expediente naquilo que interessa à presente deliberação.

### **Fundamentação:**

#### **Falta de Publicidade do Edital Licitatório**

O manifestante assevera que o edital que rege o certame n.º 007/2021 não foi devidamente publicado, tendo feito referência à cópia do processo licitatório que mencionada como anexo.

Cumprе registrar que foram anexadas à manifestação tão somente cópias do Edital Licitatório e seus anexos da respectiva Ata de Registro de Preços.

Em sede de diligência preliminar, acessei o sítio eletrônico do CIMAMS, tendo acessado, através do link <https://midia.cimams.mg.gov.br/2021/03/Processo-de-Prontuario-Eletronico.pdf> os comprovantes das publicações ocorridas no dia 05.03.2021 tanto no Diário Oficial da União quanto no Diário Oficial dos Municípios Mineiros.

Sendo assim, constata-se que a publicação do Edital seguiu o determinado no art. 4º, I da Lei 10.520/2002, razão pela qual, neste particular, verifica-se que a documentação constante do sítio eletrônico da CIMAMS na rede mundial de computadores afasta a irregularidade descrita pelo representante.

#### **Utilização da Ata de Registro de Preços formalizada pelo CIMAMS para contratação da beneficiária Viver Sistemas Ltda por municípios que não integram o referido consórcio.**

Insurge-se a representante contra a utilização da Ata de Registro de Preços n.º 007/2021 do CIMAMS pelos municípios de Paracatu, João Pinheiro, Janaúba e Lagoa da Prata, municípios que, segundo a denunciante, não integrariam o referido consórcio.

Inicialmente, verifica-se que o licitante utilizou como legislação de regência do certame, a leis, decretos e demais normativos federais que regem a matéria. Sendo assim,

há que se notar que no certame em apreço os normativos federais, além de fixarem as regras gerais, disciplinam também o seu detalhamento. Nestes termos, há que se considerar que a utilização de uma ata de registro de preços por órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do procedimento de constituição do respectivo SRP, naquilo que a doutrina e a jurisprudência pátrias convencionou chamar de “carona”.

Note-se, ainda, que o Edital n.º 007/2021 do CIMAMS previu expressamente a possibilidade de utilização da respectiva Ata de Registro de Preços por órgãos não participantes do referido SRP.

Nestes termos, à análise dos autos, nota-se inexistirem indícios de irregularidades neste particular, no que se refere à conduta do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços questionado, não havendo fato a ser apurado pela Curadoria do Patrimônio Público da comarca de Montes Claros.

Quanto à utilização da referida Ata de Registro de Preços, ou mesmo contratação sem licitação pelos municípios mencionados na manifestação, note-se que se trata de municípios integrantes de outras comarcas. Sendo assim, eventual apuração restaria inserida dentre as atribuições da curadoria do patrimônio público das respectivas comarcas. Contudo, considerada a total ausência de indícios de irregularidades na situação até então relatada pelo manifestante, não vislumbro razões para encaminhamento do feito à consideração dos respectivos promotores naturais.

Diante de todo o exposto:

- a) Registre-se o presente expediente como Notícia de Fato;
- b) Com amparo no que dispõem o artigo 7º – A da Resolução Conjunta PGJ CGMP n.º 03/2009 e artigo 4º, IV, da Resolução n. 174/2017 do CNMP, **determino o arquivamento da presente Notícia de Fato nesta Promotoria de Justiça, registrando-se no sistema** (artigo 7º, § 4º, da Resolução Conjunta PGJ CGMP n. 03/2009);
- c) Dê-se ciência dessa promoção de arquivamento aos interessados, cientificando-os do cabimento de recurso administrativo, a ser interposto no prazo de 10 (dez) dias, neste mesmo órgão ministerial (art. 7º, *caput*, e § 1º, da Resolução Conjunta PGJ CGMP n. 03/2009);
- d) **Registrar** o arquivamento no SRU.

Montes Claros, 07 de junho de 2021

  
**Tatiane Aparecida de Almeida Carvalho**  
Promotora de Justiça<sup>1</sup>

<sup>1</sup> No exercício, em cooperação, das funções do Ministério Público na 13ª Promotoria de Justiça de Montes Claros, especificamente na Defesa do Patrimônio Público, nos termos da Portaria n.º 2.054 da Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça